

## POLÍTICAS PÚBLICAS NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES:

### uma análise das dimensões do Programa Residência Pedagógica

## PUBLIC POLICIES IN INITIAL TEACHER TRAINING:

### an analysis of the dimensions of the Pedagogical Residency Program

Dieison William Antunes dos Santos<sup>i</sup>

Ivan Pereira Quintana<sup>ii</sup>

**RESUMO:** Este artigo analisa a efetividade das políticas públicas na formação inicial de professores, em especial o Programa Residência Pedagógica (PRP). O estudo foi realizado no contexto de observação-participante e vincula-se ao curso de licenciatura em Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sendo realizado de novembro de 2022 a agosto de 2023. Os procedimentos metodológicos adotados foram, pesquisa bibliográfica, análise documental e abordagem mista qualitativa. Os resultados mostraram que, apesar de eventuais alterações e atualizações no programa, a implementação e seus objetivos têm contribuído para a melhoria da qualidade do ensino na escola alvo e rentabilizado um impacto significativo no desempenho acadêmico dos graduandos/bolsistas envolvidos.

**Palavras-chave:** Formação de professores. Políticas públicas. Residência pedagógica.

**ABSTRACT:** This article analyzes the effectiveness of public policies in initial teacher training, especially the Pedagogical Residency Program (PRP). The study was carried out in the context of participant observation and is linked to the degree course in Philosophy at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), being carried out from November 2022 to August 2023. The methodological procedures adopted were research bibliographic, documentary analysis and mixed qualitative approach. The results showed that, despite possible changes and updates to the program, the

implementation and its objectives have contributed to improving the quality of teaching at the target school and made a significant impact on the academic performance of the undergraduates/scholars involved.

**Keywords:** Teacher training. Public policy. Pedagogical residency.

## 1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, as reconfigurações no âmbito social têm ocorrido em ritmo cada vez mais rápido. A mudança é constante e suas implicações reverberam na coletividade. A educação se coloca como um destes segmentos que, frente às novas provocações, se vê instigada a refletir sobre seu compromisso pedagógico, realizando assim um exercício crítico primordial e que reposiciona a prática em prol das demandas que se intensificam. Conforme Álvaro Vieira Pinto, “a educação não precede o desenvolvimento, acompanha-o contemporaneamente. Entre ambos existe uma tensão dialética que os condicionam mutuamente” (PINTO, 1960, p.118).

A educação, em sua dimensão pragmática, requer análises que se propicie uma abordagem de ensino concreta e que se coloque como alternativa frente aos cenários mais singulares. Neste contexto, pensar a formação inicial dos profissionais de educação é crucial. Ser educador não é ter a ocupação de empurrar informações para os alunos, mas sim, de fazê-los engajar-se no processo de construção do conhecimento, desenvolvendo sua autonomia e criticidade. O professor deve ser um intelectual crítico, empenhado com a emancipação dos educandos, com a transformação social e com a criação de um espaço de partilha de ideias e reflexão na sala de aula.

Dito isto, é importante destacar que a formação inicial dos professores é um fator imprescindível para o desenvolvimento da sociedade. Além disso, a qualificação dos docentes em exercício também desempenha um papel crucial nesse processo. A formação inicial, na condição de etapa formativa, proporciona aos indivíduos as habilidades, saberes e competências indispensáveis para uma prática docente significativa. Esta prática não se restringe apenas à instrução, mas é também um mecanismo de transformação da realidade social, guiado pelas interações substanciais que oportuniza.

Pensar a formação de um profissional de educação no Brasil não é tarefa fácil. Muitos fatores se colocam como obstáculos a serem vencidos. Estes incluem disparidades regionais que demandam uma formação que se adapte às exigências e especificidades de cada localidade. Ademais, há déficits na configuração entre teoria e prática, onde itinerários formativos apresentam uma natureza excessivamente teórica e não conversam com as prerrogativas reais que se apresentam nas escolas.

O presente estudo busca estabelecer um diálogo com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e Programa Residência Pedagógica (PRP), em especial o segundo, enquanto iniciativas governamentais voltadas à formação inicial de professores. Estas propostas estão em confluência com o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), e o último prospectado pela Portaria Normativa nº 09/2009 - do Ministério da Educação (MEC), que busca melhorar a formação dos professores em exercício na rede pública. Em seguida, investigar-se-á

o impacto do PRP em uma escola municipal da localidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul (RS) e sua crucial contribuição no decurso do processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

O artigo está dividido em três partes, a primeira ocupa-se de uma contextualização dos desafios da educação, ações engendradas e perspectivas adotadas ao tocante da formação inicial de professores. Em um segundo momento, foi realizada uma análise e interpretação das portarias governamentais e editais emitidos pelas autoridades competentes, em especial ao que compete o PRP e, por último, uma revisão dos efeitos práticos do programa em uma escola do município de Porto Alegre.

## 2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL E OS DESAFIOS DE SE PENSAR POLÍTICAS PÚBLICAS

Discorrer sobre o termo “Educação” requer conceber que seu conceito é transpassado por múltiplos sentidos e que, deste modo, ressoa nas mais distintas dimensões da vida. Falar de educação é aludir aspectos de ordem cognitiva, moral/ética, política, social e tantos outros. Todavia, tal atividade de acepção não pode ser concebida de forma diametralmente oposta ao seu intento, ou seja, falar de educação tem como principal característica inquirir suas intersecções entre teoria e prática, haja visto que seu fim, tomado aqui sobre o registro teleológico, é o desenvolvimento do indivíduo em sua integralidade.

O Brasil é por excelência um país exuberante em termos de cultura, história, natureza e diversidade humana, não obstante sua extensa dimensão territorial. Elaborar um conjunto de práticas que deem cabo de sistema educacional que promova a igualdade de condições para aprendizagem entre os seus, é uma tarefa árdua. O artigo 205 da constituição brasileira conjuga em uma só descrição todos os aspectos que perpassam a realidade de se pensar uma educação voltada para a integralidade do sujeito, e que, para além da igualdade, promova equidade em sentido mais basilar: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988, p. 123).

Os indicadores educacionais do Brasil subsidiam o entendimento de que há uma ampla gama de obstáculos a serem superados e que a tarefa posta requer um colegiado de ações coordenadas entre governo, instituições de ensino, sociedade civil e outros atores envolvidos. Dilma Rousseff, então presidente do Brasil em 2014, promulga a lei nº 13.005, que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE), um conjunto de estratégias e metas que operam como um instrumento fundamental para o desenvolvimento da educação brasileira durante os dez anos seguintes. O PNE designa 20 metas para a educação, conjugando em seu interior desde a educação infantil até o ensino superior, com ênfase na melhoria da qualidade do ensino, valorização dos profissionais da educação, inclusão de pessoas com deficiência, promoção da igualdade racial e de gênero na educação, erradicação do analfabetismo etc.

Por óbvio, que adentrando a reta final do prazo que aduz as prerrogativas do plano, a educação não só retrocedeu por distintos fatores, como muitas de suas metas encontram-se longe do adequado, posto os últimos balanços disponibilizados pelo MEC. Na direção desta, pensar os delineamentos no caminho formativo do profissional da educação é essencial. A meta 17 do PNE, em sua letra, discorre que “Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica [...]” é um

elemento chave, e tal valorização não limita-se apenas ao aspecto salarial, e sim, repousa na justa oferta de condições para sua formação inicial de qualidade. Para este fim é vital o investimento e incentivo de políticas em programas de fomento à pesquisa, como bolsas de estudo, financiamento de projetos e infraestrutura adequada nas instituições de ensino superior.

Promover uma reflexão sobre educação, dentro dos eixos nas estratégias educacionais instauradas no Brasil, é compreender como estas determinações se deram no tocante a sua efetividade e se resultaram no impulsionamento de qualidade educacional, equidade e transformações na sociedade. As iniciativas PIBID e PRP, na condição de políticas públicas educacionais, visam mobilizar um conjunto de ações direcionadas a resolutiva de questões que emergem do espectro de ensino-aprendizagem, tal e qual proporcionam uma melhoria da qualidade do ensino nas escolas de educação básica. Isso é proposto por intermédio de uma formação que aproxime a formação dos futuros educadores com a comunidade escolar, capacitando agentes que atuem em face das necessidades e demandas das mais díspares ocasiões. Consoante a esta perspectiva, em Álvaro Vieira Pinto observamos que “o homem, educado pela sociedade, modifica essa mesma sociedade como resultado da própria educação que tem recebido dela. Nisso consiste o progresso social, no processo de autogeração da cultura” (PINTO, 2003, p. 25-26).

O PIBID diz respeito a uma política pública criada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e estabelecida pela portaria normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007 (MEC) na figura do então ministro da educação Fernando Haddad, e que visa dentre suas atribuições o incentivo a formação de professores, valorização do magistério enquanto carreira docente, promoção de melhoria da educação básica, articulação integrada entre educação superior do sistema federal com a educação básica do sistema público. Por fim, promoção da qualidade das ações voltadas à formação de professores nos cursos de licenciaturas das instituições federais de educação superior (IFES). O projeto oferece bolsas para alunos dos cursos de licenciatura desenvolverem atividades pedagógicas em escolas públicas sob a supervisão de professores orientadores na instituição de ensino superior e de professores da rede pública de ensino.

O PRP, por sua vez, é um programa criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e que integra a Política Nacional de Formação de Professores (PARFOR), resultado da preocupação com a qualidade de ensino em nosso país. O projeto foi instituído por meio da portaria nº 38, de 28 de fevereiro de 2018, na figura do então presidente da CAPES, Abílio A. Baeta Neves. Dentre suas atribuições, ressalta-se o aperfeiçoamento na formação dos discentes das licenciaturas, por intermédio de projetos que tonifiquem o campo da prática, a modificação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência adquirida da residência pedagógica. Atenta-se, também para a consolidação do vínculo entre a IES e a escola e, finalmente, promover a adequação dos currículos e das alternativas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Ao longo desta análise, empregamos uma abordagem mista que combinou exame de documentos oficiais, como leis, decretos, diretrizes e relatórios de órgãos governamentais, com uma abordagem de pesquisa qualitativa, mais especificamente a observação participante, para investigar com mais profundidade e riqueza as dinâmicas e contextos da escola e do programa, bem como das perspectivas e experiências dos participantes envolvidos.

A pesquisa foi conduzida em duas abordagens. Em um primeiro momento, realizou-se uma coleta de dados por meio de pesquisa documental, o que subsidia as interpretações frente a evolução de ideias, práticas e políticas ao longo do tempo no campo da educação. Num segundo momento, conduziu-se uma comparação entre os conteúdos contidos nos editais do PRP das três edições realizadas, o que possibilita uma clareza, alcance de conformidade, aferição de consistência e compreensão adequada das políticas, regulamentos e processos relacionados ao seu escopo principal. Entre eles destaca-se a formação completa, prática e contextualizada do futuro profissional de educação, bem como contribuir para uma educação mais dinâmica, inovadora e de qualidade para toda a comunidade escolar. E por fim, relato de observação-participante em uma escola integrante da última edição do programa, o que oportuniza, por intermédio da técnica, uma maior imersão e compreensão do objeto de estudo.

### **3 PRP E SUAS BASES PEDAGÓGICAS - ANÁLISE DOS ASPECTOS DO PROGRAMA EM SUAS TRÊS EDIÇÕES**

O estudo documental é um importante suporte ao pesquisador de educação, posto que desempenha um papel central no entendimento dos fenômenos que compõem o sistema educacional, suas práticas e desafios. Com base nesta prerrogativa e em promoção das questões postas neste estudo, procedeu-se com o escrutínio das informações contidas nos editais de chamamento para o PRP, visando a interpretação das informações e regras estabelecidas.

Este exercício possibilita compreensão mais alargada dos requisitos, prazos e procedimentos envolvidos no processo em questão. Tal levantamento nos permite apreender sobre seus condicionantes de elegibilidade, prazos e determinantes, critérios, detalhes e consciência dos seus objetivos em relação ao contexto de aplicação. As informações levantadas para essa análise se encontram no site oficial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): <https://www.gov.br/capes>. A CAPES, sob a alçada do MEC, é um órgão administrativo que exerce um papel importante nas contribuições significativas para a educação e pesquisa no Brasil.

Com base na descrição e detalhamento do PRP que consta no site supracitado, fazem parte dos objetivos deste: fortalecer e possibilitar um estudo mais detalhado com relação à formação prática/teórica dos estudantes de licenciatura; contribuir para a construção da identidade do docente enquanto profissional da licenciatura, assim como estabelecer conexões com as escolas e fortalecer o vínculo com Instituições de Ensino Superior (IES). Outro aspecto muito importante do programa é a valorização da experiência do professor(a) da educação básica, que contribui para a preparação dos residentes na sua prática futura como profissionais da educação.

Sendo assim, o PRP possibilita esta conexão da universidade com a comunidade, interconexão fomentada pela troca de saberes e desenvolvimento de pesquisas colaborativas e produção acadêmica agregada a vivência de sala de aula, fatores essenciais para a promoção de ambientes adequados na escola, reverberando no todo do sistema educacional almejado.

### 3.1 Análise do edital 01 - Capes nº 6/2018

A primeira edição do PRP foi lançada pela CAPES no ano de 2018, através do edital Capes nº 6/2018 - Residência Pedagógica. Neste edital, o objetivo era fazer a seleção de IES para implementar o programa e estimular o desenvolvimento dos discentes em diversas áreas do saber das licenciaturas, através da teoria e com a prática docente profissional em escolas parceiras da rede pública. Com estes aspectos em vista, o edital destaca que:

- I. Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias;
- II. Induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica;
- III. Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores;
- IV. Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Como é possível aferir, os objetivos no PRP estão concentrados na formação de discentes nos cursos de licenciaturas, uma vez, inseridos nos ambientes escolares de maneira prática. E, deste modo, fortalecer os aspectos práticos que são abordados de maneira teórica nas universidades.

Outros aspectos importantes do edital são suas definições, sendo a residência pedagógica uma atividade formativa realizada por estudantes matriculados em cursos de licenciatura, ocorrendo em escolas públicas de educação básica, conhecidas como escolas-campo. Durante essa prática, os alunos de licenciatura são imersos de maneira planejada e sistemática no ambiente escolar, permitindo-lhes vivenciar e experimentar situações reais do cotidiano escolar e da sala de aula. Estas experiências são posteriormente analisadas, proporcionando uma reflexão sobre a interligação entre teoria e prática no contexto educacional.

Em vista disso, reforça o aspecto prático de se estar inserido em uma escola que seja pública, ainda, considerada “escola-campo” e que por fim, também servirá como uma base de análise e desenvolvimento de pesquisas tanto educacionais quanto pedagógicas.

O PRP conta com o total de 440 horas para o projeto, que são divididas entre 60 horas de observação e ambientação na escola, período em que o residente irá conhecer os professores que já atuam na escola e as turmas, além dos processos administrativos da escola e demais demandas. São destinadas 320 horas para a imersão, sendo 100 horas de regência na qual o residente precisará elaborar



pelo menos uma intervenção pedagógica, seguindo as diretrizes e orientações do professor preceptor da escola básica. Importante ressaltar que o residente também irá possuir um docente orientador, oriundo do IES. Por fim, são reservadas 60 horas para a elaboração do relatório final, no qual irá constar a experiência do residente enquanto esteve inserido no ambiente da escola-campo e no programa como um todo.

### 3.2 Análise do edital 02 - Capes nº 1/2020

Na segunda edição do PRP, poucos aspectos quanto aos objetivos, metodologia e padrões do projeto mudaram. O edital foi lançado em 06/01/2020, sendo a segunda edição em que o programa era realizado. Uma modificação com relação ao edital anterior foi a redução da carga horária, que na edição anterior contava-se com 440 horas, e nesta edição passou-se a contabilizar 414 horas, totalizando 18 meses de vigência. Quanto aos objetivos, o edital sofreu uma redução em certa medida, foram suprimidas algumas pretensões da iniciativa e que constavam no seu lançamento, posteriormente foram removidos ou diluídos, tais como:

- I - incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica, conduzindo o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente;
- II - promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de licenciatura às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- III - fortalecer e ampliar a relação entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e as escolas públicas de educação básica para a formação inicial de professores da educação básica;
- IV - fortalecer o papel das redes de ensino na formação de futuros professores.

Como é possível detectar, o item I foi diminuído com relação a primeira edição que trazia em seu texto aspectos como “fortalecer a prática”, “coleta de dados”, “didáticas e metodologias”. Se, em um primeiro momento, o programa estava preocupado com estes aspectos de propor um levantamento de dados e diagnósticos para então desenvolver métodos didáticos e pedagógicos, posteriormente, resumiu seus objetivos, os reduzindo basicamente a incentivar a prática dos residentes nas escolas básicas.

Outro elemento que merece destaque é o item II, pois este tinha como objetivo principal a substituição (se não em parte), do estágio obrigatório, uma vez que o residente desempenha no PRP as mesmas funções de regência em sala de aula, desta maneira contabilizando horas para aproveitar nas disciplinas de estágios. No entanto, no segundo edital, este item é removido. Não consta a intenção do programa em substituir esta funcionalidade, deixando a carga e responsabilidade das próprias IES e suas respectivas gestões dos cursos de licenciatura participantes a prerrogativa de adoção.

Ao que concerne o item IV, o que mais chama atenção é a expectativa de fortalecimento de formação de professores na rede de ensino básica, não cita a BNCC como forma promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas, pois este item foi citado no edital anterior, o que fortalece o alinhamento do programa. Se, por um lado, não referir a BNCC no edital pode caracterizar uma certa desconexão do programa com suas perspectivas iniciais, por outro lado pode significar uma maior autonomia com relação ao que realmente se espera, e por isso simplifica os objetivos como um todo, visando o que é realmente possível alcançar.

De todos os aspectos de modificação em comparação ao edital anterior, a mais importante é a citada no item 3.2.9, pois esta trata da interdisciplinaridade que passa a ser incorporada no programa. Neste modelo, as áreas de conhecimento como Física, Química, Geografia e Filosofia, formam grupos que precisam dialogar entre si, criando um projeto que perpassa por estas áreas de saber, interconectando uma à outra, o que por si só reforça esta ligação entre estes grupos que compõem o programa.

### 3.3 Análise do edital 03 - Capes nº 24/2022

A terceira edição do programa ocorreu no edital 24/2022, com lançamento em 29/04/2022. Neste edital, os objetivos que o programa possui seguem praticamente iguais aos do seu antecessor. Se, no primeiro edital, existia uma preocupação em explicitar claramente os objetivos do PRP, em sua última edição se mantêm os mesmos objetivos de forma mais resumida.

A novidade mais proeminente que trouxe consigo, foi o de se tornar um edital de fluxo contínuo, possibilitando que novos bolsistas ingressem ao longo do programa, sendo que os demais itens, basicamente não foram modificados. Se mantêm a interdisciplinaridade, como forma de aproximar os grupos de saberes, “O subprojeto interdisciplinar: núcleo ou conjunto de núcleos constituídos por até 04 (quatro) áreas de residência pedagógica que atuam de forma articulada e integradas entre si” (BRASIL, 2022, p. 7).

Ao realizar uma análise dos editais das três edições do PRP, tornou-se possível constatar que o objetivo que mais salta aos olhos é justamente a preocupação com a prática dos residentes no ambiente de sala de aula, em justamente materializar em ações práticas os conhecimentos adquiridos nas IES. Assim, visa fomentar a valorização dos professores já atuantes na área da educação aproximando os mesmos dos residentes, tornando essa dinâmica cada vez mais enriquecedora.

No que tange a prática, o autor Aguiar Neto afirma a respeito do pensamento de John Dewey: “[...] Trata Dewey da socialização como a necessidade essencial dos grupos jovens e como passar a estes grupos o instrumento educacional que os conduza ao bom convívio grupal. Como se constata, há uma dialética dinâmica entre sociedade e educação.” (DEWEY, 1999, p. 51). Justamente ao reforçar esta necessidade, o programa prioriza através da prática, aproximar em grandes grupos, os sujeitos na universidade com a escola básica, tornando esta relação direta e necessária.



#### 4 ANÁLISE DA PRÁTICA - UMA RP POSSÍVEL

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Carmo fica localizada no bairro da Restinga, no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. A escola nasceu a partir da luta comum de alguns moradores da 5ª Unidade da Restinga, que foram liderados pela professora Maria do Carmo Souza, que exercia o cargo de diretora da E.M.E.F. Mário Quintana.

A inauguração da escola ocorreu na data de 08 de setembro de 2002, na cerimônia conduzida pelo então prefeito, Sr. João Verle. Para a escolha do nome, foi unânime a votação da comunidade em escolher o nome da professora Maria do Carmo, mas por razões legais, não seria viável colocar o nome de uma pessoa “viva”. Sendo assim, foi sugerido e aceito o nome de “Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Carmo”.

A escola se candidatou ao PRP pelo edital capes nº 24/2022, e, uma vez selecionada, abriu as portas aos novos residentes para um trabalho interdisciplinar de filosofia, biologia e geografia. Por estar localizada em um bairro carente, periférico, os alunos que utilizam a escola são, em sua maioria, meninos e meninas negras, pobres, e cujo sustento familiar vem de si mesmo ou dos pais trabalhadores. Em alguns casos, a escola é o primeiro local de refeição ou garantia de almoço para estes alunos.

A escola rege um volume aproximado de 900 alunos matriculados, já acrescido a estes a modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA), ofertada unicamente no noturno. Um importante aspecto deste dado, é que as atividades desenvolvidas no turno diurno da escola contam com eixos interdisciplinares confluindo saberes de filosofia, história, religião, biologia e geografia, contando suplementarmente com residentes que atuam em oficinas de comunicação e cinema. Outro ponto é que a escola conta com dois residentes pedagógicos noturnos, oportunizando um diálogo interdisciplinar entre filosofia, história e geografia para os estudantes na EJA.

Muitos são os desafios que se colocam frente ao programa. Em síntese, a residência pedagógica oferta um percurso enriquecedor aos futuros educadores, todavia, tal trajeto é transpassado por complexidades, dentre as quais, tomando a escola mencionada, elenca-se: desigualdades socioeconômicas que se refletem em escassos recursos financeiros, infraestrutura precária e acesso limitado a materiais educacionais, amplitude linguística e cultural que demandam em contrapartida inclusão e respeito. Além disso, as condições de trabalho desafiadoras como turmas numerosas, dificuldades no controle da disciplina e situações de vulnerabilidade social e que despertam no residente o senso de gerenciamento de sala de aula e estratégias específicas para realidades diversas.

A interdisciplinaridade se coloca como uma abordagem inovadora e que demanda nos residentes pedagógicos uma visão integrada em relação às questões multifacetadas que emergem no ambiente de sala de aula. Não obstante os fatores já mencionados, a modalidade ofertada no noturno requer ações específicas ao tocante de seus próprios déficits, dentre os quais podemos mencionar, por grau de incidência: a evasão escolar, infraestrutura deficiente, desafios sociais e emocionais, incluindo dificuldades financeiras, falta de apoio familiar, e até mesmo situações de violência e criminalidade, lacunas educacionais significativas devido a interrupções anteriores na educação, ausência de programas de suporte específicos, insegurança alimentar e afins.

É numa postura de enfrentamento que o PRP vem colegiando ações para superar estas problemáticas na forma de ‘diagnósticos de necessidades’, o que oportuniza aos residentes intervenções significativas nas turmas de distintos turnos em que estejam inseridos, ‘estratégias de ação’ focadas em resultados concretos mediante leitura das necessidades, ‘metodologias de ensino-aprendizagem ativas’, invocando o aluno a ocupar seu espaço de protagonista, ‘adaptações de currículo’ que oportunizem uma simetria necessária entre conteúdos, formas de ensino e necessidades específicas dos estudantes, ‘trabalho coletivo’ que fomente a colaboração de direção, corpo docente e residentes, ‘avaliação e reflexão contínua’ referente os processos adotados, captando oportunidades e aprimorando as capacidades e habilidades requeridas nos residentes.

Todas as estratégias acima têm sido adotadas e aplicadas na referida escola, reverberando em uníssono o desígnio enriquecedor que o PRP apresenta, sob a forma de um instrumento capaz de transpor déficits, oportunizando uma formação acadêmica, social e pessoal positiva em face de todos os envolvidos no programa. Dentre as ações fomentadas na escola em questão, citamos a aplicação de aulas temáticas de filosofia consonantes as disciplinas de geografia e história, o que permitiu uma conexão significativa à luz de temas como, por exemplo: ‘globalização’ conjugando debates sob a perspectiva histórica, filosófica e geográfica. Somam-se a essas aulas, atividades secundárias desenvolvidas pelos residentes, como: oficinas temáticas, visitas de campo e atividades esportivas que propiciam não apenas benefícios físicos e cognitivos, mas também valores e habilidades socioemocionais, importantes para o desenvolvimento do indivíduo.

Tudo isso foi possível porque a escola possibilitou esta abertura e propiciou um ambiente fértil para estas ideias, o que cadenciou também o desenvolvimento de projetos que tratam de diversas temáticas com os alunos, instigando a reflexão e participação ativa. Projetos que tratam do racismo, da violência contra as mulheres, aprendizagem prática e aplicada e das minorias de modo em geral, despertam um espírito de fraternidade e, muito além, uma reflexão de pertencimento à comunidade.

É desta forma que melhor se pode definir a escola, como uma comunidade ativa, composta por professores que estão interessados em ações que vão muito além de dar uma simples aula, mas na tentativa de colaborar de uma forma positiva e esperançosa na construção de futuros possíveis. Mas não meramente possíveis e sem direção, mas futuros seguros, numa universidade de qualidade, como cidadãos que possuem capacidades críticas e senso de pertencimento comunitário, pois a prática não se faz só, mas em comunidade,

Por isto, inserção crítica e ação já são a mesma coisa. Por isto também é que o mero reconhecimento de uma realidade que não leve a esta inserção crítica (ação já) não conduz a nenhuma transformação da realidade objetiva, precisamente porque não é reconhecimento verdadeiro” (FREIRE, 2021, p. 133).

Em resumo, o PRP, em parceria com a escola municipal Nossa Senhora do Carmo, possibilita esta prática direta que colabora para a formação de novos professores, imersos no cotidiano escolar e na oportunidade de vivenciar a prática docente, além de promover sua reflexão crítica e crescimento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é por excelência transformadora, na medida em que atua como protagonista da ascensão social, cultural e qualidade de vida dos indivíduos envolvidos. Possui um caráter contínuo que permite a sociedade transcender seus limites na busca por um futuro de mais equidade e prosperidade.

Refletir sobre a educação que sonhamos é evocar o Brasil que queremos. Projetar essa perspectiva é conceber uma abordagem de ensino que promova uma consciência coletiva onde todos são convidados a serem agentes ativos de mudança. Em vista disso, assume-se que as políticas públicas de formação de professores são componentes fundamentais para a promoção e efetividade desta construção mais inclusiva e que promovam as práticas de mudanças que são imprescindíveis. Diante disso, programas como o PIBID e o PRP são fundamentais para a prática real dos futuros professores que, enquanto residentes no programa, podem participar ativamente do cotidiano escolar.

A intersecção entre os propósitos instaurados no âmbito das políticas públicas educacionais e os objetivos apontados nos documentos analisados, denotam uma convergência de sentido que remetem a um ponto crucial: pensar a educação em termos de equidade, qualidade e eficácia. Ao propor uma reflexão sobre uma questão tão importante, os formuladores de políticas públicas da educação têm a possibilidade de moldar um sistema educacional que garanta acesso justo e permanência de qualidade. Isso potencializa uma busca contínua por melhoria e aperfeiçoamento, oportunidades equitativas de aprendizagem para todos os estudantes, participação e engajamento das mais diferentes esferas.

Assim, considera-se que a formação inicial de professores, para além de quaisquer distintos programas, dialoga com o futuro do país, na razão de serem os principais agentes de transformação e progresso social, formando os cidadãos e as futuras lideranças que conduzirão a nação adiante. A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento de qualquer país, e os professores são os pilares da educação.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR NETO, Porphírio; SERENO, Tânia. **John Dewey**. São Paulo: Ícone, 1999.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Secretaria de Editoração e Publicações, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009**. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm). Acesso em: 06 de julho de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 38, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pibid.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pibid.pdf). Acesso em: 04 de julho de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 38, de 28 de janeiro de 2017**. Institui o Programa de Residência Pedagógica. Disponível em: [28022018-portaria-n-38-institui-rp-pdf \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/educacao/pt-br/assuntos/2017/01/portaria-n-38-institui-rp-pdf). Acesso em: 14 de julho de 2023.

BRASIL. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em: 02 de julho de 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014**. Estabelece as diretrizes do Plano Nacional de Educação. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 19 de julho de 2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital nº 06, de 01 de março de 2018**. Programa de Residência Pedagógica. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/01032018-edital-6-2018-residencia-pedagogica-pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital nº 01, de 03 de janeiro de 2020**. Programa de Residência Pedagógica. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/06012020-edital-1-2020-residencia-pedagogica-pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital nº 24, de 29 de abril de 2022**. Programa de Residência Pedagógica. Disponível em: [29042022 Edital 1692979 Edital 24 2022.pdf \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/educacao/pt-br/assuntos/2022/04/29042022-Edital-1692979-Edital-24-2022.pdf). Acesso em: 18 de julho de 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

PINTO, Álvaro Vieira. **A Consciência e realidade nacional**. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 2003.

PORTO ALEGRE. **Prefeitura municipal de Porto Alegre**. Secretaria Municipal de Educação. Disponível em: <https://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/carmo/>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

Recebido em: 28 de julho de 2023.

Aprovado em: 25 de outubro de 2023.

Link/DOI: <https://doi.org/10.30681/rep.v14i3.11500>

---

<sup>i</sup> Graduando em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, integrante do Programa Residência pedagógica, Porto Alegre, RS, Brasil

*Curriculum Lattes*: <https://lattes.cnpq.br/7701289941108391>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-5915-2952>

E-mail: [dieisonwilliam13@gmail.com](mailto:dieisonwilliam13@gmail.com)

<sup>ii</sup> Graduando em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, extensionista e integrante do Programa Residência pedagógica, Porto Alegre, RS, Brasil

*Curriculum Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/8201760004797711>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2778-2084>

E-mail: [ivanquintana274@gmail.com](mailto:ivanquintana274@gmail.com)